



## **ÁSIA/VIETNÃ - O Parlamento debate sobre a revisão da Constituição, corrupção e desenvolvimento**

Hanói (Agência Fides) - A revisão da Constituição de 1992 e outras medidas importantes sobre temas como a corrupção e o desenvolvimento socioeconômico estão no centro da sexta sessão de trabalho do Parlamento vietnamita, que começou ontem, em Hanói. Segundo Fides, dentre as medidas legislativas que serão tomadas em consideração pela Assembleia Nacional, estão as leis sobre a posse da terra, os direitos dos trabalhadores, a proteção ao meio ambiente, a luta contra o desperdício e a corrupção, e uma série de medidas que tocam a esfera socioeconômica do país. Muito importante, segundo fontes de Fides, é o relatório sobre a execução do plano de desenvolvimento socioeconômico em 2013 e a elaboração do novo plano para 2014 e 2015. Outro passo central é a questão da prevenção e da luta contra a corrupção: o projeto de medida tem a intenção de atribuir ao Parlamento maiores poderes de controle e vigilância. A sessão dos trabalhos parlamentar é transmitida durante 22 dias ao vivo no canal de televisão estatal.

A Igreja Católica, dizem as fontes de Fides, tem os "ouvidos atentos", na avaliação dos trabalhos do Parlamento vietnamita. Nos últimos anos, de fato, a Igreja criticou francamente a corrupção como um mal que afeta e paralisa a sociedade, como recorda uma intervenção do franciscano vietnamita Pe. Nguyen Hong Giao, publicada no site da Conferência Episcopal do Vietnã. O problema da corrupção em cargos públicos - de acordo com observadores - repercute diretamente também nas comunidades religiosas: numa fase de transição econômica (de uma economia centralizada a uma economia de mercado), acontece de fato que os líderes do Partido Comunista buscam às vezes comprar a propriedade pessoal de edifícios que já foram tirados das Igrejas, comunidades budistas e outras denominações. A legislação em vigor, prevê no entanto, que tais edifícios ou terrenos sejam devolvidos para as suas comunidades, quando eles não são mais utilizados pelo Estado. Os funcionários públicos tomam posse dessas propriedades para revendê-las no mercado imobiliário e obterem lucro. As igrejas e outras comunidades reivindicam essas propriedades e isso cria descontentamento e conflitos. (PA) (Agência Fides 22/10/2013)